

## CIDADE VIVA: FERRAMENTAS DA COMUNICAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Carolina Rigo<sup>1</sup>

Marta Oliveira dos Santos<sup>2</sup>

### Resumo

O presente trabalho visa a refletir sobre estratégias de comunicação para o exercício da cidadania por meio de oficinas realizadas no Projeto de extensão Cidade Viva: intervenção urbana como ato comunicacional. O Projeto propõe convocar um cidadão protagonista que identifica carências e potências do seu bairro e que promove ações ao alcance das mãos, aliando a comunicação e o interesse público. Em parceria com a rede municipal de ensino de Novo Hamburgo-RS, tem como público prioritário a criança e o pré-adolescente. Este relato aborda, em um primeiro momento, os direitos das crianças e adolescentes de forma geral e o direito à opinião sobre assuntos que as cercam em particular, e logo após são apresentados os encontros realizados com as turmas do 6º ano das Escolas Municipais de Ensino Fundamental Martha Wartenberg e Senador Salgado Filho. A partir das oficinas desenvolvidas com os beneficiados, evidencia-se a importância da promoção de espaços de participação das crianças e de protagonismo infantil para assuntos referentes à coletividade.

**Palavras-chave:** Comunicação; Cidadania; Oficinas; Intervenção urbana.

### Introdução

O trabalho apresenta algumas estratégias para a democratização da informação realizadas pelo projeto Cidade Viva: intervenção urbana como ato comunicacional desenvolvido na área da Comunicação da Universidade Feevale (RS). O projeto acontece em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo (SMED), articulado à

<sup>1</sup> Docente do curso de Relações Públicas, Mestre em Processos e Manifestações Culturais e líder do projeto de extensão Cidade Viva: intervenção urbana como ato comunicacional da Universidade Feevale. E-mail: [carolinarigo@feevale.br](mailto:carolinarigo@feevale.br)

<sup>2</sup> Docente do curso de Publicidade e Propaganda, Mestre em Processos e Manifestações Culturais e colaboradora do projeto de extensão Cidade Viva: intervenção urbana como ato comunicacional da Universidade Feevale. E-mail: [mosantos@feevale.br](mailto:mosantos@feevale.br)

Escola Municipal de Artes Carlos Alberto de Oliveira e aponta para o delineamento do exercício da cidadania associado a compreensão do termo público como direito de todos e como resistência a cultura da mídia e a uma sociedade midiaticizada. O objetivo da parceria universidade e escola pública é promover atos comunicacionais dos estudantes, da rede municipal de ensino de Novo Hamburgo/RS, no bairro onde estudam/moram, possibilitando a participação ativa das crianças e adolescentes em questões relacionadas à vida em sociedade. Pretende-se, ao longo dos encontros ofertados, sensibilizar os alunos para o local onde vivem a partir de atividades que promovem o olhar atento, a escuta, a negociação e a ação colaborativa, fortalecendo, assim, a possibilidade dos alunos serem agentes transformadores nessa localidade.

Novo Hamburgo/RS pertence a um contexto contemporâneo onde crianças e jovens aprendem e consomem um mundo por meio das lentes de pessoas física e emocionalmente distantes, sendo que a cultura da mídia oferta um mundo pouco diverso e que, muitas vezes, não representa a concretude local. Um mundo longe demais para tocar, sentir ou agir. Dados brasileiros confirmam esse lugar pedagógico dos meios de comunicação e sua importância na socialização de crianças e adolescentes. O Instituto Alana<sup>3</sup> divulgou um levantamento do Ibope de 2014, em que crianças passam em média 5h35 por dia em frente a televisão. No mesmo ano, foi identificado crescimento no uso de dispositivos móveis entre crianças e adolescentes: 93% acessaram a internet por meio de celular enquanto que em 2012 foram 21% (INSTITUTO ALANA, s/d).

Em choque com essa realidade, tem-se uma Constituição Federal Brasileira (1988) que reconhece as crianças e adolescentes como sujeitos de direito e determina, no artigo 227, a absoluta prioridade dessa população em todos os contextos. Além disso, a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU (Organização das Nações Unidas), do qual o Brasil é signatário, expressa, no seu artigo 12, o direito da criança – madura para formular seus próprios juízos - quanto à manifestação de suas opiniões sobre todos os assuntos relacionados a ela, levando em consideração essas opiniões.

Na medida em que o projeto de extensão articula mídia, cultura e cidadania, tendo crianças e adolescentes como público prioritário, o presente artigo visa a refletir sobre estratégias de comunicação para o exercício da cidadania. Para tanto, apresenta de forma geral direitos de crianças e adolescentes e busca ressaltar, por meio das oficinas desenvolvidas, a

---

<sup>3</sup> Instituto Alana é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que busca a promoção do direito e do desenvolvimento integral da criança. Disponível em: <https://alana.org.br/>. Acesso em: 27 abr 2020.

importância da promoção de espaços de participação das crianças e de protagonismo infantil para assuntos referentes à coletividade.

### **População infanto-juvenil e cidadania**

O termo cidadania refere-se ao poder do indivíduo de participar da vida política, ou seja, de intervir na construção da realidade onde se insere. É cidadão todo aquele que se faz membro de uma sociedade e tem, em relação a ela, direitos e deveres. No Brasil, crianças e adolescentes são considerados sujeitos de direitos desde a Constituição de 1988. O artigo 277 garante absoluta prioridade desse segmento da população, que deve ter assegurado, pela família, sociedade e Estado, “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, Constituição da República Federativa, 1988).

O Brasil subscreve a Convenção dos Direitos da Criança da ONU (1989) e, desde 1990, tem em vigor tal convenção assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esses documentos complementam os direitos constitucionais apontando, no artigo 12 e no artigo 16, respectivamente, para a importância da criança expressar suas opiniões livremente no que tange a processos e ações que lhe dizem respeito.

Os Estados Partes devem assegurar à criança que é capaz de formular seus próprios pontos de vista o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados a ela, e tais opiniões devem ser consideradas em função da idade e da maturidade da criança. (BRASIL, Convenção sobre os Direitos da Criança, Artigo 12, 1990).

A cientista social Mariana Koury (2016), em entrevista ao portal Lunetas<sup>4</sup>, afirma que as crianças podem opinar sobre a escola, sobre os espaços públicos do seu bairro e da sua cidade, sobre políticas públicas em espaços oficiais como a Câmara de Vereadores, por exemplo. Externalizar essas percepções, de maneira livre e autônoma, na medida em que alguém as escuta é essencial para o desenvolvimento integral da criança. Essas atividades ajudam a desenvolver autonomia, autoestima, habilidades sociais e forma adultos mais críticos. A escuta, no entanto, deve fazer-se no sentido de alcançar uma negociação ou de efetivar os desejos da criança. Ou seja, para Koury (2016), há uma diferença entre o ato de escutar as crianças e a efetiva participação delas. “Quando falamos em participação entendemos que,

---

<sup>4</sup> O Lunetas é um portal de jornalismo voltado para a temática da infância, de iniciativa do Instituto Alana.

principalmente no que diz respeito às discussões sobre contextos mais amplos como a cidade, todos têm importante papel no debate e tem o direito de incidir sobre os temas a partir das suas vivências específicas como grupos sociais” (KOURY, 2016). Koury (2016) difere ainda a participação do protagonismo infantil, que é quando elas se tornam os principais atores da ação. Em ambos os casos, no entanto, o resultado é o sentimento de pertencimento e uma experiência de mundo mais significativa.

Tais comportamentos e socializações apontados diferem do que é possibilitado pela mídia e outros dispositivos tecnológicos, que, majoritariamente, colocam as crianças como consumidoras de um conteúdo multifacetado. Um conteúdo, muitas vezes, inadequado, e que fere, portanto, os direitos das crianças e adolescentes. Sobre o número de horas que crianças e adolescentes vêm depositando em frente à televisão e à internet, a psicoterapeuta infantil Ana Olmos (2015), pelo Portal Criança e Consumo<sup>5</sup>, aponta a situação de objeto da criança em relação a televisão, na medida que não existe interatividade, e para a importância de “outros alimentos pedagógicos que as crianças precisam ingerir na sua fase de desenvolvimento, como atividades físicas e brincadeiras”, fundamentais para as funções cognitivas, explica.

### **Percurso metodológico: oficinas para a participação e o protagonismo infantil**

O projeto Cidade Viva: intervenção urbana como ato comunicacional constituiu-se por uma inquietação relacionada ao exercício da cidadania numa sociedade midiaticizada (MORAES, 2006), onde a cultura da mídia modela identidades (KELLNER, 2001) e, acompanhada do mercado, nos ensina o que é coletividade e como agir nela (BAUMAN, 2000). A fim de contrapor esse cenário, o projeto propõe convocar um cidadão protagonista que identifica carências e potências do seu bairro e que, a partir de processos para o olhar atento, a livre expressão, a escuta, a negociação e a criação colaborativa, promove atos comunicativos com temáticas que abrangem o coletivo. As ações de intervenção urbana e produtos de comunicação resultantes do projeto proporcionam conhecimento sobre os recursos que a comunicação oferece para compartilhar ideias e conceitos, com o desafio do diálogo e da convivência entre os indivíduos (WOLTON, 2010).

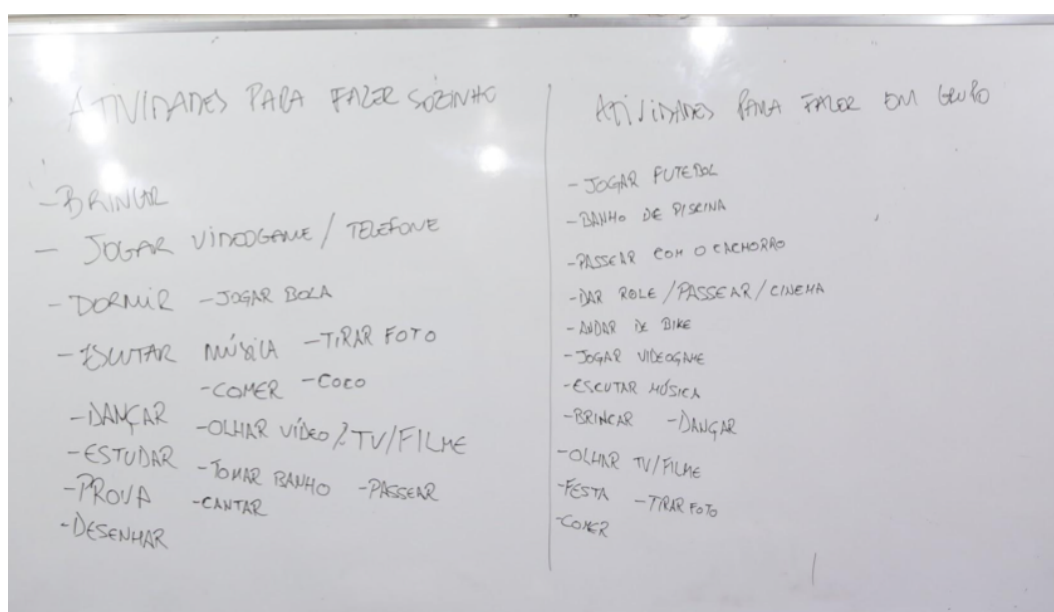
---

<sup>5</sup> De iniciativa do Instituto Alana, o Portal Criança e Consumo tem como missão promover a conscientização e a defesa dos direitos da criança frente à comunicação mercadológica. O Criança e Consumo tem representação no CONANDA (Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente) e no CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar). É associado da BRASILCON (Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor) e membro da Consumers International.

A cada ano o projeto desenvolve a sua proposta com duas escolas da rede municipal e duas turmas por escola, totalizando quatro turmas beneficiadas. Esse artigo privilegia a discussão da experiência realizada em 2019, quando adentrou no Bairro Canudos com as Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) Martha Wartenberg e Senador Salgado Filho. Foram 109 alunos e alunas do 6º ano que participaram de 95 atendimentos coletivos. O contato com os estudantes aconteceu por meio de encontros semanais, construídos a partir de dois eixos: 1) eixo sensibilização, no qual os alunos se aproximaram de um repertório identitário local; 2) eixo criação, colaboração e ação, em que desenvolveram as intervenções urbanas como atos comunicacionais. As atividades foram executadas tendo como ponto de partida a relação entre mídia, cultura e cidadania. A partir desse contexto, foi contemplado o indivíduo-coletivo / o público-privado e a importância e possibilidade de ação do cidadão.

Sendo assim, os primeiros encontros do eixo sensibilização foram marcados pela reflexão sobre o individual e o coletivo e de como nossas ações impactam os outros de forma positiva ou negativa. Norteando essa reflexão, os estudantes, de forma livre, responderam “o que é bom de se fazer sozinho e em grupo?”; discutiram sobre a importância do coletivo na vida de cada um; e opinaram sobre “como minhas atitudes impactam o outro”. Durante as conversas, foi destacado que somos pessoas únicas com características e gostos diferentes, mas que compartilham um mesmo tempo e espaço e, portanto, vivem em um coletivo.

Figura 1: De forma livre e autônoma, os estudantes opinavam sobre “o que é bom de se fazer sozinho e em grupo?”



Fonte: bolsistas de extensão (2019).

Figura 2: Aluna registra a atividade desenvolvida com o projeto.



Fonte: bolsistas de extensão (2019).

Dando continuidade à temática do individual e do coletivo, o projeto Cidade Viva levou para as EMEFs Salgado Filho e Martha Wartenberg a exposição fotográfica “Criança na Mídia: Tempos de Discriminação e Direitos Humanos”, promovida pela extensão juntamente com o grupo de pesquisa Criança na Mídia: Núcleo de Estudos em Comunicação, Educação e Cultura, também da Universidade Feevale. Por meio da fotografia das crianças, foi levado para dentro das escolas os trinta artigos que compõem a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A fotografia é um importante meio de construção de narrativa e de transmissão de informação. “Hoje se procura pensar a imagem fotográfica como veículo, como meio eficaz de ajudar a fluírem ideias, sensações, discursos, com os mais diversos propósitos que vão desde a publicidade a antropologia” (ACHUTTI, 1997, p.78).

Os alunos visitaram a exposição e debateram sobre o quanto eles conheciam os Direitos Humanos em geral e o das crianças e adolescentes em particular, a importância de ser um cidadão para usufruir desses direitos e se existe a aplicação dos Direitos Humanos no bairro. Segundo o Instituto Alana, “81% dos brasileiros não se consideram informados o suficiente (mais ou menos, pouco ou nada informados) sobre os direitos das crianças previstos na

Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”<sup>6</sup>. A fim de incentivar a participação dos alunos nesse diálogo, foram produzidos painéis com desenhos que expressavam a interpretação dos estudantes sobre questões que envolvem cidadania e direitos humanos.

Figura 3: exposição fotográfica “Criança na Mídia: Tempos de Discriminação e Direitos Humanos”



Fonte: bolsistas de extensão (2019).

Figura 4: Painel criado pelos alunos da EMEF Salgado Filho como meio de diálogo sobre os direitos humanos.

<sup>6</sup> Pesquisa nacional realizada em 2013 pelo Datafolha intitulada “Legislação sobre Direitos das Crianças”. Disponível em: [https://prioridadeabsoluta.org.br/wp-content/uploads/2014/07/pesquisa\\_data-folha\\_prioridade-absoluta-v2.pdf](https://prioridadeabsoluta.org.br/wp-content/uploads/2014/07/pesquisa_data-folha_prioridade-absoluta-v2.pdf)



Fonte: bolsistas de extensão (2019).

Subsequente à reflexão sobre um indivíduo de direitos, os encontros passaram a lançar um olhar atento para o Bairro Canudos. Os alunos foram divididos em grupos, de 5/6 alunos, e cada grupo elaborou um painel com os pontos positivos e negativos do bairro, na opinião do grupo. Teve-se, portanto, um momento importante de cada aluno(a) pensar sobre a sua comunidade, expressar-se e, em conjunto, construir o painel. Em seguida, os alunos apresentaram seus trabalhos e discutiram seus pontos de vista com os demais grupos. Para complementar, o projeto de extensão apresentou imagens de jornais com notícias do Bairro Canudos, a fim de provocar os estudantes a comparar como os veículos de mídia retratam o bairro e o que eles vivenciam ali. A educação para a mídia é um entre dez temas fundamentais no campo da comunicação e direitos que a ANDI<sup>7</sup> aponta na cartilha "Infância e Comunicação: uma agenda para o Brasil", produto de um trabalho que vem sendo realizado desde 2009 (ANDI, s/d).

Figura 5: Estudantes elaborando o painel sobre as características positivas e negativas do Bairro Canudos. Fonte: bolsistas do projeto.

<sup>7</sup> ANDI é uma organização da sociedade civil, sem fins de lucro e apartidária e se posiciona como uma das principais mediadoras entre a grande imprensa e os grupos sociais que defendem os direitos das crianças e adolescentes. Disponível em: <http://www.andi.org.br/infancia-e-comunicacao>. Acesso em: 10 mai 2020.





Fonte: bolsistas de extensão (2019).

Figura 6: painel final com as manchetes das matérias jornalísticas apresentadas. Construído pelos bolsistas do projeto.



Fonte: bolsistas de extensão (2019).

A produção de um fanzine foi a atividade que finalizou o eixo sensibilização. O termo fanzine surgiu da redução da expressão *fanatic magazine*, que significa, em tradução livre, “revista do fã”. Trata-se, de uma “publicação artesanal e alternativa que prima pela autoralidade” (ANDRADE E SENNA, 2015, p.2882), e cujo assunto é de grande paixão ou

interesse de seus editores. A temática do nosso fanzine era o Bairro Canudos e para produzi-lo os alunos da rede precisaram completar a frase “Canudos é...” com textos e desenhos. Cada trabalho, individual, foi fotografado e o conjunto deles originou o fanzine, editado pelos bolsistas da extensão. Ainda segundo Andrade e Senna (2015, p.2884), a liberdade estética é um dos ingredientes na prática da fanzinagem, podendo estar presente “colagens, recortes de material (já veiculado em revistas da mídia oficial), textos escritos à mão, dobraduras inusitadas.” Além de promover a discussão sobre o bairro onde vivem, os fanzines foram distribuídos nos murais das escolas promovendo uma socialização dos trabalhos com a comunidade escolar.

Figura 7: fanzines no mural da escola Martha Wartenberg.



Fonte: bolsistas de extensão (2019).

Finalizado o período de incentivar o olhar dos alunos para sua existência enquanto indivíduos e cidadãos e moradores do bairro Canudos, chegava o momento de iniciar o eixo criação, colaboração e ação, que culmina com a implementação de uma intervenção urbana no bairro. Cada turma, a partir de diálogo e votação, escolheu uma temática para trabalhar a sua intervenção urbana, que poderia ser de conscientização (voltada para algo que os alunos gostariam que mudasse no bairro) ou de valorização (voltada para uma característica positiva da comunidade).

Os alunos da EMEF Martha Wartenberg produziram cartazes em formato homem-sanduíche para expressarem suas opiniões sobre os animais abandonados e o lixo no bairro. O

cartaz consiste em um instrumento de comunicação com os fins de informar, divulgar ou persuadir as pessoas acerca de um determinado assunto. A partir do século XIX, “cartaz passa de apenas um veículo comunicador de massa, para um artigo colecionável, uma peça decorativa, uma obra de arte, um manifesto cultural ou, até mesmo, um meio anárquico de expressão” (SILVA, 2017, p.4176). Primeiramente os estudantes pesquisaram, através de chromebooks, notícias sobre as temáticas escolhidas que fossem do bairro ou da cidade de Novo Hamburgo e os demais encontros foram destinados para a confecção dos cartazes. Os alunos utilizaram diferentes materiais, como canetinha, lápis, giz de cera e colagem. No dia da intervenção urbana, “vestindo” seus cartazes, os estudantes percorreram ruas comerciais no bairro Canudos e dialogaram com moradores que estavam na rua e comerciantes. O trajeto contou com uma parada na EMEF Salgado Filho para mostrar o trabalho para a escola vizinha.

Figura 8: alunos e alunas da EMEF Martha Wartenberg com os cartazes em formato homem-sanduiche pelas ruas do Bairro Canudos.



Fonte: bolsistas de extensão (2019).

Na EMEF Salgado Filho, os estudantes optaram por trabalhar com os assuntos abandono de animais, violência e lixo; e por utilizar como suporte para a intervenção urbana esquetes teatrais, que consistem em pequenos textos de curta duração, para um ou mais atores. A peça ou esquete teatral “desperta os alunos para a observação de si mesmo e do outro, incita-os a

aprofundar-se em suas próprias histórias de vida e a desenvolver a capacidade de expressar seus sentimentos de forma positiva, com respeito e colaboração” (GRANERO, 2011, p. 13). As oficinas do eixo criação, colaboração e ação foram, portanto, destinadas para o desenvolvimento da esquete teatral: 1) em grupos, os estudantes escreveram os roteiros abordando as temáticas lixo, abandono de animais e violência; 2) criaram cenário e figurino; 3) ensaiaram; 4) escolheram onde se apresentar. Além disso, foi realizado pelo professor de artes Toni Rabelo um encontro destinado a expressão corporal.

Figura 9: apresentações das esquetes teatrais dos alunos da EMEF Salgado Filho no CTG Tradição



Fonte: bolsistas de extensão (2019).

A fim de ofertar a oportunidade de palco para os estudantes, tanto do ponto de vista da atuação como o de público, o projeto optou por substituir o espaço público, *locus* idealizado para as intervenções urbanas, e buscou na comunidade um equipamento cultural onde os alunos pudessem apresentar suas produções. O CTG Essência da Tradição abriu suas portas e foi o palco das apresentações onde pais, professores e alunos da EMEF Martha Wartenberg prestigiaram esse momento.

A experiência nas duas escolas vizinhas oportunizou ampliar o debate na comunidade do bairro Canudos colocando as crianças e jovens como protagonistas no processo de ação e

reflexão sobre o agir coletivo. Partindo das estratégias de comunicação anteriormente descritas e analisadas, a universidade e escola pública juntas estão construindo alternativas para ressignificar a voz dos estudantes como potente vetor para concretizar ações de cidadania.

### **Considerações Finais**

Este trabalho apostou na relevância de expor direitos das crianças e adolescentes e de promover a expressão, participação e protagonismo infantil, aliando a comunicação e o interesse público.

Os trabalhos realizados nas oficinas do projeto de extensão Cidade Viva evidenciaram a capacidade das crianças beneficiadas de julgar as fragilidades e as qualidades positivas da sua própria comunidade e evidenciaram uma motivação desses estudantes em expressar suas opiniões, apesar de alguns se intimidarem com a manifestação em ambiente público ou para uma audiência desconhecida. Como resultado dos encontros foi possível ver os estudantes sendo agentes em questões relacionadas à vida em sociedade e buscando, nas ferramentas do campo da comunicação social, estratégias que promovem exercícios de cidadania.

Por fim, observou-se, tanto nos alunos da rede municipal como nos bolsistas de extensão, mudanças no que tange a forma de perceber a si como cidadão e o bairro onde moram. O projeto colaborou para despertar um novo olhar para o que está próximo e que pertence a todos, seja relacionado a ideias e conceitos, seja relacionado a estrutura física, e plantou uma semente sobre a potência de agir do indivíduo.

### **Referências**

- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia: Um estudo de Antropologia Visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Livraria Palmarinca/Tomo Editorial Porto Alegre, 1997.
- ANDI. **ANDI – Comunicação e direitos**. Organização da sociedade civil que se manifesta sobre Infância e Juventude, Inclusão e Sustentabilidade e Políticas de Comunicação, com base no artigo 227 da Constituição Federal do Brasil. Disponível em: <http://www.andi.org.br/infancia-e-comunicacao>. Acesso em: 10 mai. 2020.
- ANDRADE, S. S.; SENNA, N.C. **Fanzines na sala de aula: expressividade e autorialidade**. In: Anais eletrônicos do 24º Encontro da Associação Nacional dos Pesquisadores em Artes Plásticas - ANPAP. Santa Maria-RS, 2015. Disponível em: [http://anpap.org.br/anais/2015/simposios/s5/sandro\\_silva\\_de\\_andrade\\_nadia\\_da\\_cruz\\_senna.pdf](http://anpap.org.br/anais/2015/simposios/s5/sandro_silva_de_andrade_nadia_da_cruz_senna.pdf). Acesso em: 28 mai. 2020.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 05 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. **Convenção sobre os direitos da criança, 1990.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 05 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 05 mai. 2020.

GRANERO, Vic Vieira. **Como usar o teatro na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2011.

INSTITUTO ALANA. **Programa Prioridade Absoluta.** Tem como objetivo dar visibilidade ao artigo 277 da Constituição Federal do Brasil. Disponível em: <https://prioridadeabsoluta.org.br/areas-de-atuacao/midia-e-informacao/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KOURY, Mariana. **Participação infantil: opinar também é direito das crianças.** In: Portal Lunetas. 2016. Disponível em: <https://lunetas.com.br/participacao-infantil-opinar-tambem-e-direito-das-criancas/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

MORAES, Denis de (org). **Sociedade midiaticizada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

OLMOS, Ana. **Tempo de crianças e adolescentes assistindo TV aumenta em 10 anos.** In: Portal Criança e Consumo. 2015. Disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/noticias/tempo-diario-de-criancas-e-adolescentes-em-frente-a-tv-aumenta-em-10-anos/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

SILVA, Hertha Tatiely. **Cartazes Lambe-lambe: apropriação e significação do/no espaço urbano.** In: 26º Encontro da Associação Nacional dos Pesquisadores em Artes Plásticas – ANPAP. Campinas -SP, 2017. Disponível em: [http://anpap.org.br/anais/2017/PDF/S09/26encontro\\_SILVA\\_Hertha\\_Tatiely.pdf](http://anpap.org.br/anais/2017/PDF/S09/26encontro_SILVA_Hertha_Tatiely.pdf).

Acesso em 30 mai. 2020.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar.** Porto Alegre: Sulina, 2010